



## **A censura nas páginas da imprensa (2007-2011): considerações sobre um estudo exploratório conduzido junto aos veículos *Folha de S. Paulo*, *Veja* e *Brasil de Fato*<sup>1</sup>**

Nara Lya Simões Caetano Cabral<sup>2</sup>  
Universidade de São Paulo, São Paulo, SP

### **Resumo**

Neste artigo, analisamos o posicionamento do jornalismo, hoje, em face da censura e da liberdade de expressão. A partir de levantamentos junto a conteúdos veiculados em três publicações representativas de diferentes vieses editoriais – *Folha de S. Paulo*, *Veja* e *Brasil de Fato* –, tendo como foco o período de 2007 a 2011, objetivamos levantar matérias jornalísticas que abordam a temática da censura. A partir de uma investigação de natureza exploratória, envolvendo operações de quantificação e categorização dos textos, pretendemos compreender como a censura é discutida, atualmente, na esfera pública. Este estudo corresponde a parte das constatações obtidas em Trabalho de Conclusão de Curso de graduação em Jornalismo realizado na Escola de Comunicações e Artes da USP, sob orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Mayra Rodrigues Gomes.

### **Palavras-chave**

Censura; Discursos circulantes; Esfera pública; Jornalismo; Liberdade de expressão.

### **1. Introdução**

“A censura acabou?”, indaga Paolo Marconi em sua dissertação de mestrado, defendida em 1979 na Escola de Comunicações e Artes da USP (Marconi, 1980, p. 114). A questão discute os limites do aparente final da censura no período de distensão política encabeçada pelo presidente Geisel, na segunda metade da década de 1970.

Naquele momento, o país estava ainda muito próximo da censura política e da repressão exercidas durante os “anos de chumbo”. Mas a pergunta colocada por Marconi é muito pertinente ainda nos dias de hoje. Essa “atualidade” da questão coloca-se como evidência da permanência dos mecanismos de censura no Brasil que, sempre reconfigurados, aparecem sob novas roupagens e inserem-se no quadro, para usar os termos de José Marques de Melo (2007), da nossa “síndrome da mordação”.

A Constituição brasileira de 1988, refletindo o espírito da primeira emenda à Constituição dos Estados Unidos, instituiu o primado da liberdade de expressão,

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na Área Temática Jornalismo (IJ 01) da Intercom Júnior – Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, realizado de 28 a 30 de junho de 2012.

<sup>2</sup> Estudante de Graduação do 9º semestre do curso de Jornalismo da Escola de Comunicações e Artes (ECA) da USP. Foi bolsista de iniciação científica da Fapesp junto ao projeto temático “Comunicação e Censura – análise teórica e documental de processos censórios a partir do Arquivo Miroel Silveira da Biblioteca da ECA/USP”, coordenado pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Cristina Castilho Costa, atuando no eixo de pesquisa “Liberdade de Expressão: Manifestações no Jornalismo”, sob responsabilidade da Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Mayra Rodrigues Gomes. E-mail: naralyacabral@yahoo.com.br



vedando totalmente a censura. Em texto específico sobre a comunicação social (capítulo V), no artigo 220, a Carta afirma que a manifestação não sofrerá nenhuma restrição e, nos parágrafos 1º e 2º, impede a existência de quaisquer dispositivos legais que possam constituir embaraço à liberdade de informação jornalística (Mattos, 2005, pp. 19-23).

Apesar do caráter “liberal, tolerante e pluralista” da Carta de 1988, como aponta Marques de Melo, “as forças que atuam nos desvãos do sistema constitucional nunca renunciaram aos seus propósitos autoritários, permanecendo vigilantes para amordaçar as redes midiáticas, de forma sutil ou ostensiva” (Melo, 2007, p. 22).

Nos espaços deixados vazios pela lei, várias têm sido as tentativas de encontrar meios para fazer calar a imprensa, que, desde o processo de redemocratização do país, assumiu papel fundamental no que diz respeito à publicação de denúncias de falcatruas políticas e administrativas. A atuação do jornalismo enquanto instância de vigilância do poder, segundo Mattos, passou “a incomodar a tal ponto que a liberdade de imprensa passou a ser ameaçada de várias maneiras” (Mattos, 2005, pp. 22-23).

Mas não é somente a imprensa que, no pós-1988, vem sendo cerceada de diversas formas. Segundo Maria Cristina Castilho Costa (2006), embora o fim do regime militar tenha representado a desarticulação de boa parte do aparato censório oficial, os mecanismos coercitivos que regulam a produção artística e cultural no Brasil encontram novas formas de se perpetuar. Assim, o Estado atua por meio de mecanismos de controle como as leis de incentivo e processos judiciais. Além disso, a própria indústria cultural, atuando como um “filtro”, influi na escolha daquilo que deve ir ou não a público (Costa, 2006, p. 262).

Não obstante, é preciso diferenciar o caráter próprio da censura tradicionalmente adotada por regimes autoritários dos modelos de controle no Estado de Direito. Isso porque “enquanto o próprio debate público de temas políticos era controlado no primeiro caso para evitar a participação social na governança, a abertura reposicionaria os limites para cobrir e proteger as esferas privadas dos indivíduos da visibilidade pública” (Paganotti, 2012, p. 6).

Nesse sentido, há também uma nova forma de censura que parece se tornar cada vez mais presente: a proibição de divulgação de determinadas informações por meio de processos judiciais. Essa interferência da Justiça como forma de cercear a liberdade de expressão ganhou evidência, em 2009, por ocasião da censura imposta, por decisão judicial do desembargador Dácio Vieira, ao jornal *O Estado de S. Paulo*, que ficou



proibido de publicar notícias sobre as denúncias de corrupção envolvendo o então presidente do Senado, José Sarney. A respeito desse episódio, Eugênio Bucci comenta:

Nenhuma das reportagens do *Estadão* sobre os desmandos no Senado faltou com a verdade. Nenhuma de suas notícias foi mentirosa. E o que é que o jornal ganhou ao final de sua brilhante trajetória? A mordaza. É como se, por ter sido “inimigo” das instituições, levasse o castigo merecido. [...] A culpa, como dizem os homens do poder, é sempre da imprensa (Bucci, 2009, p. 76).

Verificamos, portanto, a permanência de mecanismos censórios no Brasil, mesmo em um ambiente democrático. Na verdade, a censura tem sido uma constante ao longo da história brasileira, reaparecendo sempre sob novas roupagens a fim de melhor se adequar a cada conjuntura específica. Por conta desse “legado da colonização” (Mattos, 2005, p. 99), a imprensa brasileira sempre teve de escolher – desde a época da dominação portuguesa – entre assumir-se independente, ameaçando sua própria existência, ou ser conivente com o poder e viver à sobra de regimes autoritários (Moraes, 2005 *apud* Mattos, 2005, p. 102).

A partir dessa observação, vemos que o jornalismo nunca assumiu uma postura homogênea frente à censura no país. Torna-se particularmente relevante, portanto, indagarmos acerca do posicionamento expresso pela imprensa brasileira, nos dias de hoje, acerca de tal temática.

É no quadro desses questionamentos que se insere o presente artigo, que abarca algumas das constatações obtidas em meu Trabalho de Conclusão de Curso realizado no Departamento de Jornalismo e Editoração da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP), sob orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Mayra Rodrigues Gomes. Além disso, este trabalho nasce de minha experiência como pesquisadora de iniciação científica conduzida junto ao Núcleo de Pesquisa em Comunicação e Censura (NPCC) da ECA-USP, com orientação da mesma professora.

Assim, esta pesquisa parte do rastreamento de matérias jornalísticas sobre a censura, publicadas entre 2007 e 2011, em três veículos jornalísticos representativos de projetos editoriais muito distintos entre si: o jornal diário *Folha de S. Paulo*; a revista *Veja*; e o jornal de veiculação semanal *Brasil de Fato*.

Tal procedimento constitui ponto de partida fundamental para a compreensão da ação censória enquanto parte de um processo abrangente e, ao mesmo tempo, imanente às articulações sociais. Ademais, é possível compreender como o jornalismo, diante dos



episódios de censura, posiciona-se em relação à liberdade de expressão, princípio democrático que constitui seu grande pressuposto de ação, sua “bandeira” maior.

## 2. Procedimentos metodológicos

Para realizar o rastreamento de referências à censura junto a matérias jornalísticas, foram selecionados, como objeto de observação, veículos de imprensa com propostas editoriais e trajetórias distintas, escolhidos a partir de sua representatividade social. Assim, as três publicações escolhidas (*Folha de S. Paulo*, *Veja* e *Brasil de Fato*) são significativas no que diz respeito à diversidade de perfis editoriais, já que cada uma possui peculiaridades históricas e propostas distintas de enquadramento da realidade.

Quanto ao recorte temporal adotado nesta pesquisa – isto é, de janeiro de 2007 e dezembro de 2011 –, temos um período relativamente extenso e situado próximo à atualidade. Nesse sentido, esse período de observação foi escolhido para que pudéssemos obter uma amostra ampla das manifestações sobre a censura presentes hoje no jornalismo brasileiro. Assim, trata-se de um intervalo suficientemente extenso para permitir a identificação de padrões temáticos e regularidades discursivas nas matérias jornalísticas analisadas. Com base nesse critério, foram consultadas 1.826 edições da *Folha de S. Paulo*; 260 da *Veja*; e 261 do *Brasil de Fato*<sup>3</sup>.

A partir desses critérios, chegamos a uma amostra abrangente da produção jornalística atual, seja em termos do número de edições pesquisadas, seja em termos da diversidade editorial representada pelas publicações. Isso possibilita a construção de uma visão geral sobre a abordagem da imprensa acerca da censura hoje, de modo a se conhecer o assunto pesquisado com maior profundidade e lançar bases para pesquisas futuras. De modo correlato, a dimensão exploratória deste estudo justifica o tratamento analítico adotado, relativo à categorização e quantificação, a partir de aspectos temáticos, das matérias jornalísticas levantadas.

O critério fundamental de seleção das matérias foi a de que elas abordassem o assunto “censura” como elemento central de elaboração da pauta. Assim, não foram selecionados os textos em que a censura é mencionada pontualmente, como elemento coadjuvante, ilustrativo ou fator de comparação. Tal escolha, além de redundar em um recorte de manuseio mais viável nos limites de um Trabalho de Conclusão de Curso,

---

<sup>3</sup> Entre janeiro de 2007 e dezembro de 2011, a *Folha* publicou suas edições de n.º 28.397 (de 1º de janeiro de 2007) a 30.222 (de 31 de dezembro de 2011); na *Veja*, foram veiculadas as edições de n.º 1.990 (datada de 10 de janeiro de 2007) a 2.249 (datada de 28 de dezembro de 2011); e, no *Brasil de Fato*, foram publicadas as edições de n.º 201 (de 4 de janeiro de 2007) a 461 (de 29 de dezembro de 2011).



corresponde aos objetivos desta pesquisa e às condições necessárias à sua viabilização, a saber, analisar o posicionamento do jornalismo sobre a censura, o que pressupõe a seleção de textos que confirmem enfoque significativo a esse assunto.

Para localizar os textos, foram utilizados os sistemas de busca textual presentes nos acervos digitalizados dos veículos jornalísticos em foco, disponíveis em seus endereços na internet<sup>4</sup>. Para realizar as buscas, adotamos a palavra-chave “censura”. Esse termo aparece nos textos jornalísticos em diversos contextos: em referência a episódios restritivos, discutindo a prática censória de forma ampla, rechaçando a denominação de “censura” atribuída por outrem a um determinado acontecimento etc.

Com base nesses critérios, foram selecionadas 557 matérias jornalísticas. Desse número, 485 textos (ou seja, 87,1% do total) foram publicados na *Folha*; 37 textos (ou seja, 6,6% do total) foram veiculados na revista *Veja*; e 35 textos (ou 6,3% do total) foram localizados no *Brasil de Fato*.

O procedimento analítico que fundamenta o presente estudo diz respeito a operações de categorização e contagem estatística das matérias jornalísticas que compõem nosso *corpus*, a fim de delimitar quais são suas características fundamentais. Assim, podemos destacar duas propostas fundamentais a esse tipo de análise: (a) realização de tabulações (a fim de localizar concentrações, frequências e tendências nos dados coletados) e de categorizações (com o objetivo de encontrar campos de sentido no material empírico); (b) e apreensão da massa dos dados coletados em sua totalidade, de modo a identificar e selecionar fatos de significação para tratamentos analíticos futuros ou posteriores (Lopes, 2010, p. 149).

O objetivo da categorização, de acordo com o sentido comumente adotado no terreno da análise de conteúdo<sup>5</sup>, é reagrupar as unidades de registro em um número reduzido de categorias, de modo a tornar inteligível a massa de dados em sua diversidade. Segundo Laurence Bardin, toda categorização implica na constituição de um “sistema”. Nesse sentido, a classificação dos elementos constitutivos de um conjunto passa por operações de “diferenciação” (o que significa que o valor de um

---

<sup>4</sup> No caso da *Folha de S. Paulo*, as edições do jornal encontram-se digitalizadas e podem ser acessadas no seguinte endereço: <http://acervo.folha.com.br>. As edições da revista *Veja* também estão digitalizadas e disponíveis no endereço: <http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>. As edições do *Brasil de Fato* também estão disponíveis na internet e podem ser consultadas *on-line* ou “baixadas” para o computador, a partir do *website* da publicação ([www.brasilefato.com.br](http://www.brasilefato.com.br)).

<sup>5</sup> Por “análise de conteúdo”, entendemos, com base nas proposições de Laurence Bardin, um conjunto de instrumentos metodológicos aplicáveis ao estudo das mensagens (ou, ainda, dos discursos) e extremamente diversificados, mas que, em suas diversas acepções, possuem em comum o objetivo de permitir a realização de inferências sobre esses conteúdos, oscilando entre o rigor da objetividade e a fecundidade da subjetividade (BARDIN, 1988: 9).



elemento no interior de um sistema de categorias é determinado pelas oposições que estabelece com os demais elementos) e de “analogia” (isto é, reagrupamento segundo gênero e aspectos compartilhados) (Bardin, 1988, p. 117).

Por meio da categorização das unidades de pesquisa, foi possível mapear o universo temático presente nas matérias jornalísticas, a fim de compreender como a censura foi abordada nesses textos. Desse modo, pode-se identificar, por exemplo, quais objetos da ação censória recebem mais destaque nas páginas dos veículos jornalísticos em foco; quais os mecanismos de censura mais noticiados; ou em que macrotemáticas gerais (isto é, campos de sentido como “política”, “cultura”, “economia” etc.) enquadram-se as matérias coletadas etc.

### **3. Categorização e mapeamento temático do *corpus***

Com relação à formulação das categorias utilizadas, pautamo-nos pelos seguintes parâmetros, conforme propostos por Bardin: (a) exclusão mútua: cada elemento não pode existir em mais de uma categoria; (b) homogeneidade: em um mesmo conjunto de categorias, deve-se trabalhar com uma única dimensão de análise; (c) pertinência: o sistema de categorias deve corresponder aos objetivos e às questões da pesquisa; (d) objetividade e fidelidade: as variáveis envolvidas na elaboração das categorias devem ser claras e os procedimentos classificatórios, objetivos; (e) produtividade: um conjunto de categorias deve fornecer resultados férteis em termos de exatidão, de possibilidades explicativas e de novas hipóteses (Bardin, 1988, p. 120).

Levando-se em consideração esse conjunto de princípios, com o objetivo de identificar os principais aspectos que caracterizam as matérias jornalísticas que compõem nosso *corpus*, foram adotados diferentes “eixos” de categorias, ou seja, várias “dimensões de análise” – para usar um termo empregado por Bardin (1988, p. 118) –, assim dispostas: (a) Macrotemáticas; (b) Local onde ocorre a censura; (c) Época em que ocorre a censura; (d) Formas de censura; (e) Objetos sobre os quais incide a censura.

#### **3.1. Macrotemáticas**

Uma primeira forma de categorizar as matérias jornalísticas de nosso *corpus* diz respeito à questão das macrotemáticas, ou seja, os grandes assuntos que compõem o corpo de um jornal. Assim, embora o termo “macrotemática” não seja sinônimo de “editorial” – uma mesma macrotemática pode ser abarcada, em várias publicações, por editoriais de nomes diferentes – a organização dos veículos jornalísticos por editoriais

oferece pistas para a identificação das macrotemáticas das matérias. Desse modo, podemos identificar os campos temáticos dentro dos quais a censura é abordada.

Devemos observar, pois, que o que está em jogo nesse tipo de categorização não é a natureza dos episódios de censura abordados – sobretudo porque a censura, em suas diversas formas, pode ser considerada sempre uma ação de caráter político –, mas sim, o campo temático em que se inserem os textos jornalísticos como um todo.

Na tabela a seguir, podemos ver como se configura a distribuição numérica das matérias coletadas nesta pesquisa, considerando-se os três veículos observados, entre cada uma das macrotemáticas adotadas<sup>6</sup>. Os dados são apresentados de duas formas: em função do número de textos que faz parte de cada macrotemática e da porcentagem que esse número representa no total de matérias de cada publicação.

	<b>Folha de S. Paulo</b>	<b>Veja</b>	<b>Brasil de Fato</b>	<b>TOTAL</b>
<b>Política</b>	279 (57,5%)	27 (73%)	26 (74,3%)	332 (59,6%)
<b>Cultura</b>	133 (27,4%)	8 (21,6%)	3 (8,6%)	144 (25,9%)
<b>Nacional</b>	26 (5,4%)	2 (5,4%)	6 (17,1%)	34 (6,1%)
<b>Esporte</b>	16 (3,3%)	-	-	16 (2,9%)
<b>Internacional</b>	13 (2,7%)	-	-	13 (2,3%)
<b>Economia</b>	13 (2,7%)	-	-	13 (2,3%)
<b>Ciência</b>	5 (1%)	-	-	5 (0,9%)

Quadro 1. Distribuição, em função de macrotemáticas, das matérias jornalísticas de cada publicação.

Observando o quadro, um primeiro dado que nos chama a atenção diz respeito ao fato de que apenas na *Folha de S. Paulo* foram publicadas matérias pertencentes às macrotemáticas “Esporte”, “Internacional”, “Economia” e “Ciência”. Podemos apontar, pois, que os textos publicados no jornal abordam, em comparação aos demais veículos pesquisados, a censura a partir de enfoques temáticos mais diversificados.

Outro dado relevante diz respeito à predominância, nas três publicações, de matérias pertencentes à macrotemática “Política” (59,6% do total). Assim, a maioria das matérias de nosso *corpus* apresenta um enfoque que situa a censura no terreno das decisões políticas, vinculando-a, em diferentes graus, ao campo de atuação do Estado.

<sup>6</sup> Dada a natureza quantitativa dos dados coletados na pesquisa e da análise realizada, optamos por apresentar as principais informações numéricas por meio de tabelas.

É interessante também notar que a maior presença percentual<sup>7</sup> da macrotemática “Política” está no *Brasil de Fato*. Esse dado pode ser compreendido a partir das características editoriais do jornal: com uma rápida observação, é possível notar a presença massiva que os assuntos políticos em geral possuem em seu escopo editorial. Isso se deve ao fato de que as propostas editoriais da publicação estão relacionadas a um engajamento político e social bastante acentuado.

### 3.2. Presente vs. passado

Mais uma forma de dividir as matérias que abordam a censura diz respeito à condição temporal do episódio censório referenciado no texto, isto é, se se trata de uma ocorrência de censura que se estende até o momento de veiculação da matéria, ou se se trata de um fato restrito a um momento passado. Vejamos como os textos se distribuem:

	Folha de S. Paulo	Veja	Brasil de Fato	TOTAL
Presente	469 (96,7%)	31 (83,8%)	6 (100%)	535 (96,1%)
Passado	16 (3,3%)	6 (16,2%)	0	22 (3,9%)

Quadro 2. Distribuição, em função do tempo da censura, das matérias de cada publicação.

Como o quadro evidencia, nas três publicações, a grande maioria das matérias analisadas pertence à categoria “Presente”. Considerando-se as três publicações juntas, essa categoria abarca 535 textos, ou seja, 96,1% do total de textos levantados. Tal dado está relacionado ao princípio de atualidade do jornalismo que, por meio de valores-notícia<sup>8</sup>, influencia a seleção e a forma de elaboração das matérias.

Dentre as matérias que abordam a censura ocorrida em tempos passados, grande parte consiste de notícias sobre livros, eventos acadêmicos, exposições ou pesquisas científicas que tratam do tema e reportagens destinadas a ampliar a discussão sobre passagens históricas marcadas pelo exercício da censura ou pela luta contra ela.

Além disso, a maior presença percentual da categoria “Passado” em um veículo jornalístico está na *Veja*, com 16,2% de suas ocorrências pertencendo a esse grupo. Isso se deve, justamente, ao fato de que, tratando-se de uma revista semanal, a *Veja* se propõe a construir uma visão mais aprofundada dos fatos, publicando um número maior

<sup>7</sup> Por “presença percentual”, referimo-nos à parcela representada por uma determinada categoria no total de textos de uma publicação.

<sup>8</sup> Por valores-notícia, referimo-nos à definição proposta por Nelson Traquina, “os critérios de noticiabilidade são o conjunto de valores-notícia que determinam se um acontecimento, ou assunto, é suscetível de se tornar notícia, isto é, de ser julgado como merecedor de ser transformado em matéria noticiável” (TRAQUINA, 2005: 63).

de reportagens de caráter histórico. De modo correlato, no *Brasil de Fato*, não há matérias pertencentes à categoria “Passado”, já que sua dimensão reduzida (com apenas doze páginas) implica na limitação do espaço destinado a textos de viés histórico.

### 3.3. Brasil vs. exterior

As matérias que abordam a censura podem também ser divididas em razão do local onde ocorre a prática censória referenciada no texto. O critério para a classificação das matérias nessa dimensão de análise parte da identificação do local onde ocorre a censura abordada como tema principal nas matérias em foco. Assim, se uma determinada notícia cita mais de um local onde ocorre a censura, a classificação será feita em função daquele que recebe maior destaque.

Na tabela a seguir, podemos ver como se configura a distribuição numérica das matérias coletadas nesta pesquisa, considerando-se os três veículos observados:

	Folha de S. Paulo	Veja	Brasil de Fato	TOTAL
Brasil	310 (63,9%)	30 (81,1%)	27 (77,1%)	367 (65,9%)
Exterior	175 (36,1%)	7 (18,9)	8 (22,9%)	190 (34,1%)

Quadro 3. Distribuição, em função do local da censura, das matérias de cada publicação.

A partir da tabela, observamos uma nítida predominância, nos três veículos jornalísticos, de matérias pertencentes à categoria “Brasil”, que perfazem 65,9% do total de textos analisados. Esse dado se deve aos critérios de proximidade que norteiam o jornalismo. Nas três publicações em foco, a maioria das matérias que tratam da censura em outros países diz respeito a nações que vivem sob regimes autoritários e possuem todo um aparato de censura estatal, como é o caso da China e de Cuba, por exemplo.

Além disso, na *Folha de S. Paulo*, único jornal diário de nossa seleção, temos a maior presença percentual de matérias que tratam de casos de censura ocorridos em outros países (36,1%). Isso ocorre porque, tratando-se de um jornal diário – que se destina a fazer um compilado geral de uma ampla gama de notícias –, a *Folha* concede mais espaço, se comparada à *Veja* e ao *Brasil de Fato*, a notícias sobre o exterior.

### 3.4. Formas de censura

Outro modo de categorizar as matérias jornalísticas de nosso *corpus* em função de seus aspectos temáticos tem por base os tipos de censura de que falam os textos.



Trata-se de um eixo de classificação relevante a esta pesquisa porque nos permite mapear, com bastante precisão, a natureza dos episódios de censura abordados nos relatos da imprensa. É preciso observar, no entanto, que alguns cruzamentos entre as classes propostas são inevitáveis, uma vez que, concretamente, as próprias estratégias de cerceamento da liberdade de expressão operam muitas vezes em conjunto. Muitas formas de censura – sutis e sofisticadas – são mais complexas de serem isoladas e nomeadas, uma vez que se exercem no cruzamento de diversos mecanismos de controle.

Não obstante esses cruzamentos, as classes que aqui propomos para agrupar os tipos de censura representados nas matérias jornalísticas são operacionalizáveis na medida em que, em função do princípio de exclusão mútua, devem ser empregadas do modo mais específico o possível. Isto quer dizer que, caso uma matéria pareça se encaixar em mais de uma categoria – devido às intersecções existentes entre algumas classes –, a classificação foi feita em função daquela que lhe é mais específica, ou seja, daquela que atende com maior precisão às minúcias de cada texto.

Tendo em vista tais questões, e considerando-se as especificidades das matérias de nosso *corpus*, foi preciso elaborar uma extensa lista de categorias. Vejamos a tabela<sup>9</sup>:

	Folha de S. Paulo	Veja	Brasil de Fato	TOTAL
<b>Processo judicial</b>	123 (25,3%)	6 (16,2%)	3 (8,6%)	132 (23,6%)
<b>Censura oficial<sup>10</sup></b>	90 (18,6%)	6 (16,2%)	0	96 (17,2%)
<b>Censura privada / empresarial</b>	66 (13,6%)	3 (8,1%)	8 (22,9%)	77 (13,8%)
<b>Dispositivos legais</b>	47 (9,7%)	5 (13,6%)	3 (8,6%)	55 (9,9%)
<b>Outras formas de interferência do Estado</b>	42 (8,7%)	0	4 (11,4%)	46 (8,3%)
<b>Censura estatal em geral</b>	30 (6,2%)	6 (16,2%)	5 (14,2%)	41 (7,4%)
<b>Classificação indicativa</b>	30 (6,2%)	3 (8,1%)	3 (8,6%)	36 (6,5%)
<b>Marcos regulatórios</b>	26 (5,4%)	3 (8,1%)	6 (17,1%)	35 (6,3%)
<b>Demais categorias</b>	31 (6,3%)	3 (13,5%)	3 (8,6%)	39 (7%)

Quadro 4: Distribuição, por forma de censura, das matérias jornalísticas de cada publicação.

<sup>9</sup> Nesse caso, em função do extenso número de categorias adotadas, a tabela apresenta apenas os dados relativos às classes com maior presença de matérias.

<sup>10</sup> Categoria relativa a formas de controle tradicionalmente exercidas em regimes autoritários.



Considerando-se o quadro geral de resultados, as categorias que concentram o maior número de matérias são, nessa ordem, “ação judicial” (23,6%), “censura oficial” (17,2%) e “censura privada / empresarial” (13,8%). Esses dados mostram um aspecto curioso da cobertura da imprensa sobre casos de censura. Pois, ao mesmo tempo em que novas formas de controle ganham espaço nas páginas dos jornais – como os processos judiciais e a censura empresarial –, nota-se a permanência de formas coercitivas tradicionais, com uma ênfase significativa no papel do Estado na condução de ações censórias (como se percebe pela presença da categoria “censura oficial”).

Analisando cada veículo separadamente, temos, na *Folha de S. Paulo*, dados próximos aos do quadro geral. Também no *Brasil de Fato*, há predominância das mesmas classes. Na *Veja*, temos uma pequena alteração: depois de “ação judicial” e “censura oficial”, aparece a categoria “censura estatal em geral”. Por esse dado, vemos que, em comparação aos demais veículos, a *Veja* apresenta uma ênfase sutilmente maior no papel do Estado na condução de ações censórias, conferindo menos espaço à censura exercida fora do âmbito dos governos, por empresas ou instituições privadas.

### 3.5. Objetos da censura

A última forma de categorizar as matérias jornalísticas de nosso *corpus* tem por base os objetos de incidência da censura de que falam os textos. Como o eixo de classificação abordado anteriormente, também esta dimensão de análise é fundamental à pesquisa porque possibilita o mapeamento dos focos de cerceamento que recebem mais destaque nos relatos da imprensa.

Considerando-se as especificidades das matérias de nosso *corpus*, chegamos a dezesseis categorias referentes aos objetos sobre os quais incide a censura. São elas: Jornalismo; Internet e ferramentas digitais; Televisão; Meios de comunicação em geral. Livros; Cinema; Publicidade; Intelectuais e/ou artistas; Exposições; Informações ou documentos públicos; Música; Membros do poder público; Pesquisas eleitorais; Arte em geral; Geral; Outros. Vejamos como fica a tabela relativa à distribuição das matérias nessas categorias, para cada um dos veículos jornalísticos pesquisados<sup>11</sup>:

---

<sup>11</sup> Em função do extenso número de categorias adotadas, a tabela apresenta individualmente apenas os dados relativos às classes com maior presença de matérias.



	Folha de S. Paulo	Veja	Brasil de Fato	TOTAL
<b>Jornalismo</b>	133 (27,4%)	14 (37,8%)	6 (17,1%)	153 (27,5%)
<b>Internet e ferramentas digitais</b>	86 (17,7%)	1 (2,7%)	2 (5,7%)	89 (16%)
<b>Televisão</b>	70 (14,4%)	4 (10,8%)	12 (34,3%)	86 (15,4%)
<b>Meios de comunicação em geral</b>	37 (7,6%)	4 (10,8%)	9 (25,7%)	50 (9%)
<b>Livros</b>	29 (6%)	3 (8,1%)	0	32 (5,7%)
<b>Cinema</b>	25 (5,2%)	3 (8,1%)	0	28 (5%)
<b>Publicidade</b>	20 (4,1%)	3 (8,1%)	1 (2,9%)	24 (4,3%)
<b>Intelectuais e/ou artistas</b>	14 (2,9%)	1 (2,7%)	1 (2,9%)	16 (2,9%)
<b>Demais categorias</b>	71 (14,6%)	4 (10,8%)	4 (11,4%)	79 (14,2%)

Quadro 5: Distribuição, por objeto da censura, das matérias jornalísticas de cada publicação.

Como o quadro evidencia, as categorias que concentram o maior número de matérias são “jornalismo” (27,5%), “internet e ferramentas digitais” (16%) e “televisão” (15,4%). Curiosamente, esses dados mostram que a cobertura da imprensa, nos veículos pesquisados, ao mesmo tempo em que dá destaque para o cerceamento em mídias tradicionais – como a televisão e o jornalismo –, confere ênfase significativa às restrições em plataformas emergentes, como a internet e as ferramentas digitais. Além disso, dentre as categorias mais presentes, não aparecem formas de produção artística.

Na *Folha de S. Paulo* e no *Brasil de Fato*, as categorias majoritárias conservam-se muito próximas àquelas predominantes no quadro geral de resultados. No caso do *Brasil de Fato*, a ordem das categorias se altera. Desse modo, a classe mais presente no jornal é “televisão”, seguida por “internet e ferramentas digitais” e “jornalismo”.

Na *Veja*, os resultados são um pouco diferentes, com predominância das categorias “jornalismo”, “televisão” e “meios de comunicação em geral”. Desse modo, a *Veja* mantém em comum, com as demais publicações, a preocupação fundamental com a censura aos meios de comunicação, em detrimento das produções artísticas; por outro lado, a revista confere ênfase maior às plataformas mais tradicionais, já que a classe relativa à internet não figura entre as categorias mais presentes.

#### 4. Considerações finais

Um primeiro dado que devemos levar em conta, nestas considerações finais, diz respeito à presença majoritária da categoria “Política” dentre as macrotemáticas em que se inserem as matérias. Assim, a partir do levantamento e da análise de matérias



jornalísticas que abordam a censura, pudemos observar nos veículos de nossa seleção uma forma específica de enquadramento da referida temática, a qual se fundamenta em um viés predominantemente político. Nesse sentido, os veículos jornalísticos pesquisados procuram muito frequentemente situar as iniciativas de censura no terreno das ações governamentais e, desse modo, o Estado é constantemente invocado quando se aborda tal temática. Em outras palavras, podemos dizer que a imprensa privilegia, em sua produção discursiva, uma prevalência do Estado na condução de ações censórias.

Esse dado é particularmente relevante porque contrasta com o fato de que, desde a abertura democrática, vêm surgindo novas formas de exercício censório para além das formas de controle do exclusivo do Estado. Como aponta Ivan Paganotti, há “uma tendência atual no esvaziamento da censura estatal tradicional como instância formuladora da demanda de censura”. Mesmo quando a censura é imposta por meio dos tribunais (o que implica o envolvimento do poder público, a partir do Judiciário), “ela surge de uma demanda de indivíduos, organizações ou empresas” (Paganotti, 2012, p.9).

Assim, apesar do referido deslocamento nas instâncias formuladoras da demanda de censura, as matérias veiculadas pela imprensa privilegiam o Estado como foco irradiador e esfera em que se ancora a prática censória. Esse dado está atrelado, em primeiro lugar, à existência de discursos, em nossa cultura, que promovem uma vinculação quase automática entre o controle da informação e o Governo. Remetendo à memória de autoritarismo do regime militar brasileiro, esses discursos, enquanto discursos circulantes<sup>12</sup>, correspondem a uma visão sobre o mundo e a eles conecta-se o jornalismo, invariavelmente imerso na teia discursiva que compõe a esfera pública.

Mas há, ainda, mais um dado a ser considerado. Isso porque, ao fixar, em seus discursos, o papel do Estado como grande agente condutor da censura, o jornalismo também afirma sua própria posição, inserindo-se como um contraponto ao poder constituído. Com efeito, temos, na cobertura jornalística, o Estado e a imprensa ocupando posições antagônicas no debate sobre a livre expressão. Tal questão torna-se ainda mais relevante considerando-se que, como vimos, dentre as matérias analisadas, a imensa maioria trata de casos de censura ao próprio jornalismo – em detrimento de outros conteúdos e plataformas. Nesse sentido é que podemos dizer que, a partir da temática da censura, a imprensa firma, discursivamente, sua posição na sociedade. Por

---

<sup>12</sup> Por “discursos circulantes”, referimo-nos ao conceito proposto por Patrick Charaudeau: “O discurso circulante é uma soma empírica de enunciados com visada definicional sobre o que são os seres, as ações, os acontecimentos, suas características, seus comportamentos e os julgamentos a eles ligados” (Charaudeau, 2006, p. 118).



consequente, o jornalismo constroi a si próprio como uma forma privilegiada, mais “nobre” ou mais “legítima” do exercício da liberdade de expressão.

Atentemos, pois, para as palavras de Ivan Paganotti. De acordo com ele, a censura passa, atualmente, por uma realocação, em que:

Jornais e revistas estampam, com grande orgulho, o fato de serem censuradas, uma etiqueta tanto proibida durante a opressão militar quanto indesejada, visto que a censura ainda era considerada pelo público como um necessário controle ao moralmente indesejado e ao politicamente subversivo (Paganotti, 2012, p. 8).

Ora, o que está em jogo, nesse caso, é a construção de uma identidade do jornalismo (e dos jornalistas) enquanto esfera de resistência à censura e defesa da liberdade de expressão. As raízes dessa questão podem ser pensadas em função da memória da opressão vivida durante a ditadura militar, a qual está relacionada à elaboração, entre os profissionais de imprensa, de um discurso construído de resistência (Souza, 1999, p. 14). De modo mais amplo, temos a conexão com um “macrodiscurso” atrelado à fixação das bases nas quais a imprensa encontra-se ancorada.

Para compreender a irrupção histórica desse discurso, devemos lembrar que o nascimento do jornalismo está atrelado ao surgimento da democracia moderna, do capitalismo, dos ideais de cidadania, de igualdade jurídica, de liberdade. Ele aparece, no século XVIII, com a função de defensor e porta-voz da mentalidade que ascendeu com a derrocada do Antigo Regime e com a queda do Absolutismo (Bucci, 2000, p. 10). O jornalismo insere-se, pois, nesse macrodiscurso da “democracia”, ligando-se a um ideário sobre a liberdade de expressão. Além disso, as regras de formação do macrodiscurso em questão vinculam-se à instauração de um “saber”, uma “verdade”.

Como “a própria verdade é poder” (Foucault, 2001, p. 14), esse regime de verdade condiciona uma forma específica de compreender e organizar a sociedade, materializada em torno do Estado democrático de direito. De modo correlato, o saber em questão orienta também as práticas e normas componentes do campo jornalístico e representa um ponto fundamental em que se “amarram” diversos discursos que atravessam o jornalismo – como podemos notar nas matérias de nossa análise.

Por fim, há ainda mais um dado que devemos ressaltar. Trata-se de uma diferença fundamental observada na cobertura da imprensa acerca da censura em períodos autoritários e no atual momento do país. Pois, se sob ditaduras a discussão sobre a censura fica encoberta pelo silêncio, hoje ela está “saindo das coxias e sendo encarada como um ator reconhecido nas tramas midiáticas” (Paganotti, 2012, p. 8).



Desse modo, o jornalismo realiza sua função social – fundamental à saúde da democracia – de informar o público e promover o debate na esfera pública, alimentando discursos circulantes pró-liberdade de expressão ou, até mesmo, colocando novos discursos em circulação. Assim, sujeitando a censura “à mesma inspeção crítica que ela impõe sobre nossa liberdade, poderemos finalmente considerar que nossa expressão está legitimamente protegida, e não somente guardada” (Paganotti, 2012, p. 22).

## 5. Referências bibliográficas

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1988.

BUCCI, Eugênio. “Quando só a imprensa leva a culpa (mesmo sem tê-la)”. **Revista Estudos Avançados**, n°. 67. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados/USP, dez.de 2009, pp. 61-78.

\_\_\_\_\_. **Sobre ética e imprensa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.

COSTA, Maria Cristina Castilho. **Censura em cena: teatro e censura no Brasil**. São Paulo: Edusp: Fapesp: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. **Pesquisa em comunicação**. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

MARQUES DE MELO. “Síndrome da mordação: a maldição da censura no Brasil”. In: MARQUES DE MELO, José (Org.). **Síndrome da mordação: mídia e censura no Brasil (1706-2006)**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2007.

MATTOS, Sérgio. **Mídia controlada: a história da censura no Brasil e no mundo**. São Paulo: Paulus, 2005.

PAGANOTTI, Ivan. “A Discussão da Visibilidade e a Revisão da Censura na Esfera Pública”. **Anais do II Seminário Discente da Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade de São Paulo**. São Paulo: FFLCH-USP, 2012, pp. 1-22. Disponível em: <[http://www.fflch.usp.br/dcp/assets/docs/SemDisc2012/11-4\\_Ivan\\_Paganotti.pdf](http://www.fflch.usp.br/dcp/assets/docs/SemDisc2012/11-4_Ivan_Paganotti.pdf)>. Acesso em 07 mai. 2012.

SOUZA, Maurício Maia de. **Henfil e a censura: o papel dos jornalistas**. São Paulo: ECA/USP, 1999 (dissertação de mestrado).

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional**. Florianópolis: Insular, 2005.